



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

**Brasil**  
**13ª Rodada**

Áreas com  
**Acumulações  
Marginais**

## **Principais aprimoramentos do contrato de concessão para Áreas de Acumulações Marginais**

Tiago do Monte Macêdo  
Procurador Federal PGF/AGU  
Procurador-Geral da ANP

1. Premissas dos Aprimoramentos Contratuais.
2. Objeto do Contrato de Concessão com Acumulações Marginais.
3. Atualização do contrato com as alterações consolidadas no Contrato de Concessão para Blocos Exploratórios da 13ª Rodada.
4. Ajustes específicos para Áreas de Acumulações Marginais.

## **1. Premissas dos Aprimoramentos Contratuais.**

- 1.1. Aperfeiçoar a redação do contrato e suas definições, reparando redações aproveitadas das rodadas anteriores para Acumulações Marginais não adequadas para este instrumento.
- 1.2. Atualização do contrato com as alterações lançadas no Contrato de Concessão para Blocos Exploratórios da 13ª Rodada, que consolidava a interpretação da Diretoria Colegiada sobre cláusulas do contrato de concessão para dar transparência aos licitantes sobre direitos que são outorgados e obrigações que serão exigidas caso saírem-se vencedores.
- 1.3. Ajustes específicos para Áreas de Acumulações Marginais decorrentes das contribuições advindas da consulta e audiência públicas moduladas por vetores técnicos e econômicos para aumentar a atratividade dos blocos ofertados.

## **2. Objeto do Contrato de Concessão com Acumulações Marginais - §2.1.**

2.1 Fase de Reabilitação – Execução do Programa de Trabalho Inicial mais atividades adicionais visando à Reabilitação da Área Inativa com Acumulação Marginal e à Produção de Petróleo ou Gás Natural em condições comerciais.

2.1.2 Relatório Final de Reabilitação.

2.2 Descoberta, a critério do Concessionário, a execução de atividades de Avaliação nos termos de um Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP.

2.3 Produção de Petróleo e Gás Natural na Área de Concessão de acordo com um Plano de Desenvolvimento aprovado pela ANP.

### **3. Atualização do contrato com as alterações consolidadas no Contrato de Concessão para Blocos Exploratórios da 13ª Rodada.**

3.1 Aperfeiçoamento da definição de Melhores Práticas da Indústria do Petróleo no § 1.3.30;

“Os melhores e mais seguros procedimentos e tecnologias disponíveis na indústria do petróleo e gás natural...”

3.2 Prorrogação do contrato pelo prazo necessário para aprovação do Programa de Desativação das Instalações. Inserção do § 24.9.2.1.

3.3. Esclarecimento sobre o poder/dever de a ANP revisar os Planos de Desenvolvimento ainda que aprovados tacitamente - Inserção do § 9.2.3

9.2.3 Caso a ANP não se pronuncie dentro desse prazo, o Plano de Desenvolvimento será considerado aprovado, não se afastando o poder/dever de a ANP demandar revisões sempre que necessário.

### **3. Atualização do contrato com as alterações consolidadas no Contrato de Concessão para Blocos Exploratórios da 13ª Rodada.**

3.4 Extinção de pleno direito do contrato em caso de falência e possibilidade de manutenção do contrato em caso de recuperação desde que comprovada a capacidade econômica e financeira - Inserção do § 26.1, alínea “f” e § 26.4 alínea “c”.

3.5 Exemplificação de hipóteses de direito indisponível que não estão sujeitos a arbitragem - Inserção do § 30.7.1

“... fundamento são as **cláusulas sinalagmáticas do presente contrato**, e que não envolvam **obrigações previstas em lei, interpretação de definições legais, questões de direito público**, nem **obrigações de cunho ambiental**.”

3.6 Possibilidade de rescisão do contrato por solicitação do concessionário caso o contrato esteja suspenso pela ANP por mora do órgão ambiental responsável pela licença ambiental ou indeferimento definitivo - Inserção dos § 27.5

“27.5 Desde que solicitado pelo concessionário, a **suspensão do curso do prazo contratual** por prazo superior a 5 (cinco) anos poderá ensejar a extinção contratual, sem que assista ao Concessionário direito a qualquer tipo de indenização.”

#### 4. Ajustes específicos para Áreas de Acumulações Marginais.

4.1 Expressa previsão do prazo de 24 meses para o concessionário confirmar os poços que são do seu interesse na área de concessão §5.7 com a obrigação de abandono.

“5.7 O Concessionário deverá realizar todas as atividades necessárias para o abandono dos poços em que execute intervenções visando ao restabelecimento de suas condições operacionais para produção ou injeção, ou dos poços de que se utilize por outros motivos, bem como a desativação das instalações e a recuperação ambiental das áreas afetadas.

5.7.1 O Concessionário disporá de **24 meses a contar da data de assinatura do Contrato**, para confirmar sobre quais poços este assumirá a responsabilidade quanto ao abandono, conforme Termo de Compromisso de Desativação e Abandono de Poços, constante do Anexo X.

5.7.1.1 A confirmação se dará no âmbito do **Programa Anual de Trabalho e Orçamento.**”

4.2 Prorrogação da postergação de declaração de comercialidade por mais 05 anos/01 ano – alteração dos § 7.4.

#### 4. Ajustes específicos para Áreas de Acumulações Marginais.

4.3 Exclusão da obrigação de constituição de um sistema de Gestão de Segurança e Responsabilidade Social. Exclusão do §§ 17.1 e 17.7

“17.1 O Concessionário deverá, na execução do Contrato:

a) zelar pela preservação do meio ambiente, **realizando as atividades de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e a Legislação Aplicável;**”

“1.3.30 Melhores Práticas da Indústria do Petróleo: Os melhores e mais seguros procedimentos e tecnologias disponíveis na indústria do petróleo e gás natural em todo o mundo, que permitam: (a) **garantir a segurança operacional das instalações, preservando a vida, integridade física e saúde humana;** (b) **preservar o meio ambiente e proteger as comunidades adjacentes;** (c) **evitar ou reduzir ao máximo os riscos de vazamento de petróleo, gás natural, derivados e outros produtos químicos que possam ser prejudiciais ao meio ambiente;** ... incorporando padrões técnicos e recomendações de organismos e associações da indústria do petróleo reconhecidos internacionalmente, sempre que tais medidas aumentem as chances de que os objetivos listados acima sejam alcançados.



## 4. Ajustes específicos para Áreas de Acumulações Marginais.

4.4 Exigência de **garantia de desativação** e abandono para a **Fase de Reabilitação** e para a **Fase de Produção**, inserção do § 14.6 e 14.7.

“14.6 Para a Fase de Reabilitação, o Concessionário fornecerá à ANP uma ou mais garantias para Desativação e Abandono para os poços indicados no Anexo II nos quais de fato for realizar intervenção.

14.7 Para a Fase de Produção, as garantias para desativação e abandono devem corresponder ao valor aprovado pela ANP de acordo com o Programa Anual de Trabalho e Orçamento.”

**MUITO OBRIGADO, BOM SEMINÁRIO E UMA  
ÓTIMA 13ª RODADA PARA TODOS NÓS !**